

**O LUGAR DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA
CONTEMPORANEIDADE**

**THE PLACE OF CULTURAL POLICIES IN THE
CONTEMPORANEITY**

1

Lia Calabre¹

Resumo

Políticas culturais e contemporaneidade. De certa maneira essa frase contém uma espécie de redundância, pois a existência de políticas culturais é um fenômeno típico do século XX. O presente artigo vai trabalhar, com a aceleração desse processo de reconhecimento das políticas culturais como um campo das políticas públicas, mais especificamente, tendo por ponto de partida o cenário internacional, a partir dos anos 1970. O objetivo principal é o de reconstituir alguns dos fios que entrelaçam as discussões implementadas no cenário internacional e o processo brasileiro de construção de políticas culturais. Como estratégia para a abordagem de questões consideradas centrais no campo das políticas culturais, partiremos de uma das recomendações da UNESCO, mais especificamente sobre participação e a contribuição dos cidadãos em geral na vida cultural.

Palavras-chave: Políticas culturais; cidadania cultural; direito à cultura; UNESCO.

¹Doutora em História (UFF), pesquisadora e chefe do setor de Estudos de Políticas Culturais – FCRB; professora do PPGMA-FCRB e do PPCult-UFF. liacalabre@gmail.com

Abstract

Cultural policies and contemporaneity. To a certain extent, this phrase contains a kind of redundancy, since the very existence of cultural policies is a typical twentieth century phenomenon. This article addresses the acceleration of the process of cultural policies as a public policy field of knowledge recognition, specifically starting with the international scenario in the 1970s. The main objective is to reconstitute some of the threads that intertwine the discussions implemented internationally and the Brazilian process of cultural policies formulation. As a matter of strategy for addressing the central issues in the field of cultural policies, the work starts with one of the UNESCO's recommendation related to the participation and contribution of citizens in cultural life.

Keywords: Cultural policies; cultural citizenship; right to the culture; UNESCO.

Políticas culturais e contemporaneidade. De certa maneira essa curta frase contém uma espécie de redundância, pois a existência de políticas culturais é um fenômeno típico do século XX, que foi ganhando mais relevo a partir da década de 1950. O presente artigo vai trabalhar, com a aceleração do processo de reconhecimento das políticas culturais como um campo das políticas públicas, mais especificamente, tendo por base o cenário internacional, a partir dos anos 1970. Foi o momento da introdução mais efetiva da problemática da cultura na pauta das gestões públicas impulsionada por uma série de ações da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O objetivo principal do trabalho é o de reconstituir alguns dos fios que entrelaçam as discussões implementadas o cenário internacional e o processo brasileiro de construção de políticas culturais mais contemporaneamente. Como estratégia para a abordagem de questões consideradas centrais no campo das políticas culturais, partiremos de uma das recomendações da UNESCO, que trata da participação e da contribuição dos cidadãos, em geral, na vida cultural. Em seguida a trajetória contemporânea do campo das políticas culturais no Brasil será reconstituída com a finalidade de refletirmos sobre a realidade local.

Parte da historiografia (internacional e nacional) sobre o tema, tende a identificar a existência de políticas culturais em algumas iniciativas implementadas a partir da década de 1930. No caso do Brasil, tivemos a gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema (1934-1945), na qual identificamos a criação das primeiras políticas culturais no Brasil. É o período da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); do Serviço Nacional de Teatro (SNC); do Instituto Nacional de Livro (INL), entre outras iniciativas, estruturando assim a gestão pública da área de cultura, em especial, em sua relação com a educação. Uma outra experiência de gestão pública que se destaca nos anos 1930, porém no nível municipal, é a da atuação de Mário de Andrade como Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938), que buscou estruturar (ainda que não utilizando essa expressão) as ações de políticas culturais na cidade. Segundo Antônio Cândido, o projeto paulista não era apenas de “rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização”.

(Cândido. 1977. p.14) Para realizar tal tarefa, a primeira das atribuições do Departamento era a de: estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o desenvolvimento educacional, artístico e cultural. Deixando claro a relação e a independência entre as três áreas, muitas vezes tratadas por alguns gestores como algo indistinto.

No cenário internacional a experiência considerada como a melhor estruturada, que serve de marco para a maioria dos estudos, assim como de inspiração para a ação em outros países, é a da criação do Ministério dos Assuntos Culturais da França, em 1959, com André Malraux à frente da pasta. O sociólogo Philippe Urfalino, tem como tese que um determinado tipo de ação, que se pode chamar de política cultural, descrita assim no singular, foi inventada em 1959, e se dissipou em 1990². (Urfalino.2015. p.11) A ação do governo francês serviu de parâmetro para uma outra série de experiências nacionais contemporâneas e, ao longo desses que 60 anos, veio sendo revista, atualizada, redimensionada, mas não descontinuada enquanto uma área de política pública.

O cenário internacional e a UNESCO

Dentro do cenário internacional a UNESCO cumpre um papel fundamental promovendo discussões e conferências sobre o tema desde o final dos anos 1960. Foram produzidas várias pesquisas e publicações. Entre elas, talvez a que mais se destaca, é uma série, uma coleção de livros e fascículos, editada nos anos 1970, sobre as políticas culturais. Junto a esse esforço ocorreram vários eventos tais como mesas-redondas, seminários e conferências, algumas preparatórias para a Conferência Mundial sobre políticas culturais de 1982.

Albino Rubim, em um de seus escritos sobre o tema, apresenta uma importante reflexão sobre o papel da UNESCO no campo da cultura. Há no artigo um interessante quadro no qual estão sistematizadas algumas das principais iniciativas desenvolvidas pela Organização, especificamente no campo das políticas culturais, entre os anos de 1967 e

² É importante ter em conta que as políticas culturais francesas sofreram várias alterações, diversas reestruturações, mas se mantém como uma referência contemporânea para as ações e estudos sobre o tema.

1998, que vale ser aqui reproduzido. Tal quadro é altamente expressivo, na medida em que nos permite visualizar o intenso esforço realizado pela UNESCO, de construção de uma compreensão mais ampliada sobre o que deveriam ser políticas culturais, assim como de sua estruturação. Verifica-se que as ações estão mais concentradas na década de 1970, chegando até o ano de 1982 e culminando com a realização da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, mais conhecida como Mondiacult. Por outro lado, esse também é o momento que antecede a uma intensa onda neoliberal, que vai assolar o mundo, com fortes efeitos sobre a América Latina (na segunda metade dos anos 1980 e ao longo década de 1990), resultando em uma redução drástica da implementação de políticas e dos investimentos públicos nas mais diversas áreas. No caso do Brasil vivemos um processo de acelerada privatização de um conjunto de serviços e de empresas. Reproduzimos abaixo o quadro proposto por Rubim:

Principais iniciativas da UNESCO na esfera das políticas culturais

Atividade	Ano
Mesa-redonda sobre políticas culturais - Mônaco	1967
Gênese da ideia de encontros sobre políticas culturais	1968
Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais	1970
Conferência Regional de Europa - Helsinki	1972
Conferência Regional da Ásia - Jacarta	1973
Conferência Regional da África - Acra	1975
Conferência Regional da América Latina e Caribe - Bogotá	1978
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – Mondiacult – Cidade do México	1982
Década do Desenvolvimento Cultural	1988/ 1997
Criação da Comissão Cultura e Desenvolvimento	1991

Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento	1998
---	------

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas Culturais e novos desafios. 2009. p. 98

O quadro acima possibilita uma visão de conjunto das ações e do esforço concentrado, em pouco mais de uma década, de criar debates, encontros, fóruns de discussão, que pareciam ser o suficiente para que o tema fosse bem encaminhado na Mondiacult.

Ao mesmo tempo em que há uma preocupação em realizar as conferências regionais como etapas preparatórias para um encontro mundial, uma outra estratégia estava sendo utilizada para recolher e sistematizar informações sobre a área: a publicação dos volumes individuais sobre os países. No caso da América Latina os livretos foram publicados em espanhol, contando com a presença dos seguintes países: Cuba, Colômbia, Costa Rica, Peru, Bolívia, Venezuela, Argentina, Panamá e Guyana. As publicações em espanhol trazem uma mesma apresentação que logo de início explica que a ideia da coleção era a de permitir que se conhecesse como os diferentes países-membro planejavam e aplicavam suas políticas culturais. O conjunto dos volumes integram uma coleção chamada: Políticas Culturais: estudos e documentos.³ As publicações pretendiam reunir informações gerais sobre o campo tais como: estrutura administrativa, orçamentos, formas de planejamento e financiamento, legislação, métodos de ação do estado, patrimônio, entre outros.

Cabe aqui uma pequena digressão. Nos anos 1970, o Brasil se encontrava em plena Ditadura Civil-Militar, a área da cultura era subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Desde 1966, com a criação do Conselho Federal de Cultura, uma série de ações vinha sendo discutida, inclusive havia projetos como o das Casas de Cultura, inspirado no modelo francês. O período de 1966 a 1974, foi um momento em que muito foi discutido, em termos de estruturação de políticas para a área, mas quase nada implementado. Em 1975, foi promulgada a Política Nacional de Cultura, ação prevista desde 1966, mas de pouco impacto efetivo dada a abrangência que pretendia ter.⁴ Ainda

³Foi utilizado aqui como referência o volume referente a Argentina.

⁴O principal, senão único efetivo desdobramento da Política Nacional de Cultura foi a criação da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, em 1975.

que houvesse no Brasil ações nesse campo nos anos 1970 (como pudemos ver), não foi publicado nenhum volume sobre a política cultural brasileira na coleção da UNESCO.⁵

O estudioso Néstor García Canclini, ao comentar o conteúdo presente nas publicações da coleção “Políticas Culturais: Estudos e documentos” especificamente sobre os países latino-americanos, nos informa que a maior parte dos textos termina se limitando a fazer uma descrição burocrática do organograma do Estado no campo da cultura, são listadas as instituições e descritas suas atividades. (García-Canclini. 1987.p.16) Tal conjuntura nos permite fazer inferências sobre a própria dificuldade que os governos possuíam, no período, em absorver e trabalhar com o conceito mais amplo de cultura e arte e seus desdobramentos, no sentido da elaboração de políticas públicas. As publicações apresentam concepções muito diferenciadas de políticas culturais, muitas vezes, como disse Canclini, trazendo somente um rol de atividades no campo das artes e/ou da cultura. Ainda segundo Canclini, a forma como os volumes foram organizados dificulta qualquer análise que pretenda buscar compreender as dinâmicas, contradições ou polêmicas que possam existir no desenvolvimento das políticas culturais, ocorre que o conjunto dos textos é elaborado de maneira demasiadamente diplomática e formal. (Idem)

Dentro desse contexto internacional da década de 1970, existem ainda alguns outros documentos produzidos no âmbito da UNESCO que também estão ligados às problemáticas que envolvem o campo das políticas culturais. Vamos, aqui, destacar um documento de novembro de 1976, trata-se da “Recomendação relativa a participação e a contribuição das massas populares na vida cultural”, aprovada na 19ª Conferência Geral das Nações Unidas, que será trabalhado a seguir.

Participação Democrática na Recomendação UNESCO

A Recomendação inicia com uma referência ao artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde está previsto que “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e participar do progresso científico e de seus benefícios”. Os princípios da liberdade e da participação

⁵ Não sabemos informar se o Brasil chegou a enviar as informações solicitadas pela Unesco.

social são muito caros ao campo das políticas culturais. Pela própria natureza das ações culturais e artísticas, os pressupostos da democracia e da gestão compartilhada devem ser o alicerce sobre o qual se assentam as decisões sobre o campo. A Recomendação trava um intenso diálogo o artigo 27 da Declaração, buscando aprofundar a compreensão do que deveria ser participação e trazer tais questões para o campo da prática. Ou, dito de outra forma, o documento busca fazer a “tradução”, para a vida cotidiana, do que pode significar participação e contribuição do conjunto da população na vida e na dinâmica cultural de uma sociedade.

O texto está todo assentado na questão da participação democrática, tanto no momento da ação, quanto dos benefícios que dela resultam. O conceito de cultura proposto no documento (inclusive sobre o que deve ter efeito a recomendação) é de que esta “se amplia a todas as formas de criatividade e de expressão dos grupos ou dos indivíduos, seja em seus modos de vida ou em suas atividades artísticas.”⁶ (UNESCO, 1976) Uma outra problemática que permeia todo o documento é a da desigualdade econômica. Em vários momentos da Recomendação, podem ser encontradas referências a existência de disparidades econômicas que precisam ser vencidas, que não devem servir de impedimento para a participação na vida cultural. Afirma, ainda que “a participação na vida social pressupõe a afirmação de todo indivíduo, de sua dignidade e de seu valor.”⁷ (Idem)

Ao longo do documento vai sendo traçada a abrangência do que se pode compreender como participação na vida social, abordando a questão por diferentes ângulos. Primeiramente pela garantia de que todo indivíduo possa efetivamente se expressar, se comunicar, atuar e criar com ampla liberdade, tal premissa, segundo o documento, permitirá assegurar a própria sociedade um desenvolvimento harmonioso, com progresso cultural. É interessante ressaltar que se a expressão “progresso cultural” pode gerar uma compreensão dúbia em relação a uma hierarquização de saberes e de fazeres, ao longo do documento há um cuidado constante de tratar as ações com o máximo de horizontalidade possível, sem induções na direção da construção de estruturas que levem a um processo de hierarquização. Como foi dito acima, ao referir-se ao acesso à

6 -3.a) o concepto de cultura se amplia a todas las formas de creatividad y de expresión de los grupos o los individuos, ya sea en sus modos de vida o en sus actividades artísticas;”

7 “Considerando que la participación en la vida cultural presupone la afirmación del individuo, de su dignidad y su valor”

cultura efetiva para todos, a Recomendação dá ênfase ao dever das autoridades em garantir às condições socioeconômicas mínimas para isso, dentro desse quadro estão incluídas às questões do acesso a educação e a democratização dos meios de comunicação de massa.

Ao delimitar as definições e o campo de aplicação da recomendação, o documento reforça o princípio de que a “livre participação na vida cultural” está ligada a um conjunto de políticas intersetoriais - é interessante chamar a atenção para o reforço pela expressão “livre” ao caráter da participação. O quadro abaixo busca definir sinteticamente as políticas intersetoriais envolvidas e suas respectivas áreas de atuação.

Política	Definição
De desenvolvimento	Que assegure o crescimento econômico e a justiça
De educação permanente	Adaptada a realidades das populações; assegurando educação cultural e formação artística; de maneira a permitir melhor o domínio das mudanças sociais para poder participar mais da vida de comunidade
Científica e tecnológica	No intuito de garantir a proteção da identidade cultural dos povos
De progresso social	Na direção da diminuição das desigualdades que afetam grupos e pessoas, interferindo nas possibilidades de realizar suas aspirações
Ambiental	Proteção da natureza de maneira a garantir a plena expansão dos indivíduos e das comunidades
De comunicação	Fortalecimento da livre troca de informações, ideias e conhecimentos, favorecendo a compreensão mútua
De cooperação internacional	Baseada nos princípios da igualdade das culturas, do respeito, da compreensão e no fortalecimento da paz.

A Recomendação propõe aos países que incorporem tais questões às suas legislações como forma de ampliar as possibilidades de efetividade das medidas. Há nesse sentido uma forte preocupação com os diversos grupos excluídos, minoritários ou marginalizados, tais como as mulheres, os portadores de deficiência ou de necessidades especiais, as minorias étnicas nacionais e estrangeiras. Há também uma atenção especial com as culturas camponesas e dos trabalhadores, assim como com os diversos tipos de

patrimônio existentes que estão em risco tendo em vista os processos de urbanização acelerada.

Ao elaborar recomendações sobre os meios através dos quais devem ocorrer as ações culturais, há uma expressa sobre a necessidade da descentralização tanto das estruturas, como das atividades e das decisões e, nesse sentido, são elencadas ações e estratégias que contribuam para a efetividade das mesmas. Vamos aqui destacar algumas dessas proposições de ações. Não é possível não deixar de observar a atualidade e a urgência de aplicação da grande maioria das proposições, ainda que, estejamos distantes do momento da elaboração das mesmas em mais de quatro décadas.

Falando sobre o que deveriam fazer os estados e as autoridades, a primeira recomendação diz respeito a descentralização geográfica do conjunto das atividades, sugerindo que se dedique uma atenção especial para as zonas de baixa densidade geográfica ou para as habitadas pelas camadas mais desfavorecidas da população.

No que tange à forma de organização da própria área há a sugestão de realização de ações que levem ao fortalecimento de redes de instituições de caráter artístico e cultural, tanto nos grandes centros como nas pequenas e médias cidades.

Dentro de uma perspectiva da própria relação dinâmica da cultura com a cidade, há a recomendação de que os governos promovam o uso e a apropriação dos espaços públicos, de forma a permitir ou propiciar a comunicação entre grupos e indivíduos, ou seja, uma apropriação mais efetiva das cidades.

A valorização das iniciativas locais está presente na recomendação a partir do estímulo as iniciativas locais e regionais de forma a facilitar o acesso e o compartilhamento das decisões entre todos os grupos envolvidos. Nesse mesmo sentido, está sugerido que haja a criação de métodos que promovam a criação artística e a atividade cultura por parte das massas populares, apoiando-se nas organizações criadas pela própria população, tanto em zonas residenciais como nos lugares de trabalho.

É importante ressaltar que a recomendação é mais ampla. Para fins do estudo aqui proposto não exploramos outras problemáticas também presentes no documento. O objetivo principal desse item foi de pensar a gênese das políticas culturais tendo como ênfase a participação democrática, a transversalidade que é inerente às ações implementadas através das políticas culturais, assim como, a reafirmação da necessidade de levar em conta o alto grau de desigualdade social no momento da elaboração das

mesmas.

O Brasil do século XX

A primeira década do século XXI, pode ser descrita como um momento no qual foram implementadas formas de gestão pública democrática e participativa, em diversos países da América Latina. Encontramos também uma ênfase especial para a estruturação do campo das políticas públicas de cultura, muito alicerçada na visão de que cultura é um direito de todo cidadão. Como afirma o estudioso mexicano, Eduardo Nivón, uma das grandes novidades do nosso tempo é a de pensar a política cultural como uma globalidade que extrapola o tradicional rol de ações isoladas que o estado manteve no campo da cultura ao longo da história da humanidade.

No Brasil também ocorreram mudanças significativas. Com a posse do Ministro Gilberto Gil, em 2003, no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram iniciados os trabalhos de reestruturação do Ministério da Cultura (Minc). A estrutura herdada dos governos anteriores estava centrada no modelo de financiamento via Lei Rouanet, com as secretarias voltadas às áreas finalísticas da Lei. Com a reformulação aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805, foram criadas a Secretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, Secretaria de Programas e Projetos Culturais, Secretaria do Audiovisual e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural⁸. A reestruturação permitiu ao Minc estabelecer um novo significado para o papel da cultura dentro da esfera pública, além de promover a abertura de inovadores canais de diálogos com outras esferas do poder público e da sociedade civil.

Dentro do processo de delimitação de novos rumos para as ações e políticas do Ministério, logo no primeiro ano de governo, foi colocada a problemática da necessidade da reformulação da Lei Rouanet. Eram constantes as críticas ao mecanismo. Visando à coleta de subsídios para a revisão da mesma, o Minc lançou uma ampla consulta pública através do seminário “Cultura para todos” que percorreu os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, além de ter realizado encontros setorizados com os Secretários de Cultura estaduais e municipais; com os

⁸ Tal estrutura já passou por outras reformulações desde então, mas mantendo (até meados de 2018 ao menos) a estrutura de Secretarias voltadas para a estruturação das diferenciadas políticas.

investidores privados e fundações; investidores estatais; e, com pessoas físicas. O envelhecimento da Lei Rouanet (promulgada em 1991), criada dentro de uma lógica neoliberal de redução do Estado, de transferência do núcleo decisório para o mercado sobre o que deverá ser financiado, tem sido objeto de debate nessa última década e meia. Alguns ajustes em seu funcionamento foram realizados, com a promulgação de algumas instruções normativas, mas insuficientes para tornar o mecanismo efetivamente menos concentrador.

Outra ação de destaque dentro da gestão do Ministro Gil foi a da realização, em 2005, da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) que, para a área, configurou-se como uma inovação no campo da participação. A 1ª Conferência Nacional de Cultura cumpriu a importante função de promover a retomada do diálogo entre os diversos níveis de governo responsáveis pela administração da cultura, trazendo um elemento inovador fundamental: a participação da sociedade civil.⁹ O subtítulo da própria Conferência evidencia o principal objetivo da ação: “Estado e Sociedade Construindo Políticas Públicas de Cultura”. A Conferência é um dos elementos que compõem a estrutura base do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

A Conferência Nacional foi planejada como a culminância de um processo de encontros municipais, estaduais e macro-regionais. Em todas as instâncias houve a exigência da proporcionalidade de participantes entre sociedade civil e poder público. Tal procedimento obrigou as administrações públicas a interagir não só com as organizações culturais, mas com o conjunto da sociedade civil. Em muitos municípios, por exemplo, as associações de moradores foram convocadas oficialmente para participar das discussões.

A CNC também foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, instituído através da Emenda Constitucional n° 48, de 1° de agosto de 2005. Na CNC foram elaboradas propostas de diretrizes para a elaboração do Plano – aprovado em dezembro de 2010. Ainda em 2005, foi promulgado o Decreto n° 5.520, de criação do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, como parte integrante da estrutura do

⁹ O Conselho Federal de Cultura, criado em 1966, já em seus primeiros anos de existência promove um intenso diálogo com os governos estaduais e, com menor dimensão, com os municipais no sentido de incentivar a criação de Conselhos de Cultura, que estabeleceriam essa relação entre os diferentes níveis de governo. O país vivia em pleno regime militar e os Conselhos eram formados por indicação direta do chefe do executivo, em geral a partir do critério de alta notoriedade na área de atuação.

Ministério da Cultura. O CNPC é composto por representantes de vários ministérios, dos Estados, Municípios e dos mais diversos setores do campo cultural - que inicialmente formavam as câmaras setoriais e hoje integram os colegiados setoriais nacionais. O CNPC tomou posse em dezembro de 2007.

Concomitantemente com a realização da 1ª CNC, o Ministério da Cultura iniciou o processo de criação do Sistema Nacional de Cultura – SNC. O objetivo central do Sistema é o do fortalecimento da estrutura institucional da área da administração pública responsável pelo campo da cultura, também prevendo futuras ações de repasse de verbas, entre fundos de cultura dos diferentes níveis de governo.

Acrescenta-se ao acima exposto, que a partir de 2003, com a gestão do Ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura iniciou um intenso trabalho junto ao governo no sentido de elevar o percentual orçamentário do órgão de um patamar de 0,2% do orçamento da União para 1%. Apesar de aparentemente tímido, esse crescimento significava, na prática, mais que duplicar a capacidade de investimento do Minc. Ao longo dos oito anos de governo, das duas gestões do Presidente Lula, o Ministério foi investindo esforços na criação e aperfeiçoamento de mecanismos de financiamento que produzissem condições mais equânimes de distribuição dos recursos.

Ainda dentro da análise dessa primeira década do século XXI, devemos apontar as inovações empreendidas por duas secretarias do Minc, que definiram como seu público alvo segmentos da população que, em sua maioria, não haviam sido objeto de ações, programas e políticas culturais nas gestões anteriores. A primeira delas foi a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), que colocou em prática uma série de ações variadas para as culturas populares, ciganas, indígenas, idosos, LGBT e saúde, enfim, a partir de mecanismos diferenciados de fomento, apoiou projetos variados. É também importante salientar que a SID e a Secretaria de Políticas Culturais cumpriram um papel fundamental, junto com o Ministério das Relações Exteriores, no processo de construção e aprovação da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco. Trabalho que foi desdobrado internamente e que teve como uma de suas estratégias a realização de seminários por todo o país divulgando os princípios da Convenção.

Um outro programa que merece ser destacado e que adquiriu uma dimensão mais ampla logo nos primeiros tempos de governo foi o Programa Cultura Viva, criado em 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 156, sob a responsabilidade da Secretaria de

Programas e Projetos Culturais (SPPC) - posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) e atualmente fundida a SID forma a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC). O Programa tem como principais objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. A base do Programa são os Pontos de Cultura, mas há outras ações que o compõe. Em 2007, quando o IPEA realizou a primeira pesquisa sobre o programa, havia 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões o país (em 2010 esse número já ultrapassava os 2.500 unidades) Os Pontos de Cultura, ainda hoje, estão presentes em muitos dos estados do país e, em sua maioria através dos remanescentes convênios entre o governo federal e os governos estaduais – ainda que consideremos que o mesmo se encontra extremamente ameaçado pela descontinuidade de políticas que vêm sendo empreendida dentro do Ministério da Cultura a partir de 2016.

Ainda sobre os Pontos de Cultura, segundo Frederico Barbosa:

No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos. Há espaços alternativos, mercados culturais localizados e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais. Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa nos últimos anos e o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva teve importante papel no reconhecimento do Brasil profundo. (IPEA. 2011.P. 17)

Também na direção da ampliação do espectro de atores atendidos pelas políticas públicas de cultura, foram construídos novos projetos e programas pela Secretaria do Audiovisual (SAV). O incentivo a criação de cineclubes e espaços alternativos de exibição de conteúdo audiovisual, a distribuição de conteúdos para esses novos espaços, o fomento de festivais, contribuem para minimizar o problema da escassez de salas de cinema por todo o país. A SAV, através de parcerias, criou projetos inovadores como o Revelando os Brasis, um projeto dirigido aos moradores de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, que tem por principal objetivo promover processos de inclusão e formação audiovisuais. A cada edição se realizava um concurso que selecionava 40 histórias (reais ou ficcionais) que eram transformadas em vídeos digitais com até 15 minutos de duração. A ideia do projeto nasceu na Secretaria do Audiovisual, em 2004, integrando um conjunto

maior de ações que visavam à democratização do acesso aos meios de produção audiovisual, foi executado através de parceiras com o apoio do Minc.¹⁰

À Guisa de conclusão: Trançando recomendações e práticas

Ao olharmos à Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, percebemos que muito do que vinha sendo discutido internacionalmente e proposto pela UNESCO, no campo das políticas culturais, do conceito de cultura no campo das políticas públicas, dos direitos e da cidadania cultural, foram absorvidos pelo texto. Entretanto, entre a promessa de uma sociedade mais justa com políticas culturais que reconhecem e valorizam a diversidades e as especificidades das mais variadas regiões do país, e um processo de subordinação das ações culturais às lógicas de mercado, o país optou pelo segundo caminho e o seguiu por mais de uma década.

Quando a *Recomendación relativa a la participacion y la contribucion de las masas populares en la vida cultural* foi publicada, o Brasil estava submetido a Ditadura Civil-Militar. Planejar e construir políticas públicas com participação social não fazia parte dessa realidade. Porém a chegada da política neoliberal no país, adiou em quase trinta anos a implementação de políticas culturais democráticas e participativas.

Somente com a gestão do Ministro Gil, sob o governo do Presidente Lula, podemos falar, em nível federal, da construção de políticas culturais democráticas, inclusivas, abrangentes e participativas. Uma série de medidas que foram tomadas em forma de programas, ações, políticas seguiram na direção da ampliação da participação da sociedade nos canais de decisão e de valorização e reconhecimento das práticas culturais locais.

É importante ressaltar que as medidas de democratização das políticas culturais não estiveram restritas somente ao governo federal. Ao analisar muitas das ações estaduais e algumas municipais, vamos identificar uma série de iniciativas que buscaram descentralizar a aplicação dos recursos públicos. Foram criadas estratégias de seleção de projetos e iniciativas que conseguissem chegar as mais variadas regiões. Muitas das secretarias estaduais de cultura investiram (muitas vezes pela primeira vez) em um

10 Mais informações ver: CALABRE, Lia. Revelando os Brasis: o projeto. In: *Políticas Culturais em Revista*. 2 (4). P. 67-79, 2011

processo de territorialização e interiorização dos recursos da cultura. Temos ainda experiências municipais que vinham utilizando estratégias de seleção dos projetos que levavam em conta a localidade de desenvolvimento da proposta e do proponente.

Ainda dentro da lógica de tomar em conta a recomendação da descentralização presente no documento da Unesco, verificamos que o Ministério da Cultura na sequência dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira desenvolveu diversos projetos com seleções regionalizadas, inclusive em diálogo com projetos de outras áreas do governo federal como as ações para a região do semiárido ou da amazônia (como os microprojetos culturais).

As experiências de participação social, iniciadas com a realização das conferências de cultura, nos diversos níveis de governo, cumpriram um importante papel, em especial se levarmos em conta que à Ditadura Civil-Militar se sucedeu um governo que rapidamente passou a ser operado pela lógica neoliberal de redução da ação do Estado no conjunto das políticas públicas e onde não fazia muito sentido convocar a participação da sociedade. O direito à participação nos fóruns de decisão de políticas culturais como nas conferências e em diversas consultas públicas sobre textos de lei tem sido um processo interessante. Ainda que o governo federal tenha realizado sua última Conferência Nacional de Cultura em 2013, na gestão da Ministra Marta Suplicy e (no governo da Presidente Dilma Rousseff), vários estados e municípios mantiveram-se estruturando seus sistemas de cultura e realizando as conferências locais desde então. Isso significa que muitos dos fóruns de diálogo e de decisão participativa ainda vem sendo mantidos, como por princípio demandaria o processo de construção de políticas na área da cultura.

Um outro elemento que esteve muito presente no texto da Recomendação é a da necessidade do estímulo de rede de instituições, por um lado, e de valorização das iniciativas locais já existentes por outro. Tais questões remetem diretamente a potência apresentada pelo Programa Cultura Viva. Com todos os problemas operacionais que o mesmo possa ter apresentado ele ocupa um lugar de destaque na criação de políticas culturais contemporâneas. O Cultura Viva ao trabalhar com o apoio a iniciativas já existentes na sociedade civil, buscando que operassem em rede, tornou-se uma referência no processo de fazer chegar os recursos públicos a um público que, na maioria das vezes, nunca o havia acesso. Com as ações complementares como a dos encontros locais e

nacionais (as Teias), de divulgação associada com canais de TV, com seminários, pesquisas, enfim, através de uma diversidade de iniciativas, permitiu um conhecimento mais ampliado da imensa e rica diversidade cultural brasileira.

Em 2016, passados exatamente 40 anos da publicação da *Recomendación relativa a la participacion y la contribucion de las masas populares en la vida cultural*, da UNESCO, e um pouco mais de uma década de implementação de políticas culturais democráticas e participativas que permitiam a participação e a contribuição das camadas populares, o Ministério da Cultura sofreu o primeiro grande golpe pós-impeachment da Presidente Dilma: a decisão de sua extinção. Graças à mobilização dos mais diversos atores sociais que atuam no campo da cultura, o Ministério foi rapidamente recriado, mas isso não impediu seu contínuo esvaziamento orçamentário e político.

Falar das políticas públicas de cultura no Brasil é ter em mente uma história de contínuas construções e descontinuidades, ora em tempos de regimes ditatoriais, ora em tempos democráticos, ou ainda nos tempos de incertezas e desrespeitos aos princípios constitucionais, como são o próprio Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Armando, et all.(org.) *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/* Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. (org.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.) *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 2011.

BOLÁN, Eduardo Nivón. *La política cultural*. Temas, problemas y oportunidades. México: CONACULTA/Fundo Regional para la cultura y las artes de la zona centro.2006.

BOTELHO, Isaura. “Para uma discussão sobre política e gestão cultural”. In: CALABRE, Lia. (org.) *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

CALABRE, Lia. Revelando os Brasis: o projeto. In: *Políticas Culturais em Revista*. 2 (4). P. 67-79, 2011

_____. A 1ª Conferência Nacional de Cultura: análise das propostas de diretrizes. In: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

_____. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro; Ed. FGV, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edusp, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Capturada em 03/05/2018

FARIA, Hamilton. Conselhos de cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural.

In: RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes e RUBIM, Iuri (org.) *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf

GARCIA-CANCLINI, Néstor. ed. *Políticas Culturales en América Latina*. México. Editorial Grijalbo, 1987.

HARVEY, Edwin R. *La política cultural em Argentina*. Paris, UNESCO, 1977.

IPEA. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Ipea / Coordenação de Cultura. Brasília: Ipea, 2011

MINC. *Cultura em três dimensões*. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: Minc, 2010.

MINC. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006*. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. In: *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p. 122-128, 2008 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais e novos desafios. *Revista MATRIZES*. Ano 2 – N.2 – primeiro semestre – 2009.

UNESCO. Recomendación relativa a la participacion y la contribucion de las masas populares en la vida cultural. 26/11/1976. In: UNESCO. *Actas de la Conferência General* 19ª. Reunión, Nairobi, 1976. vol. 1

URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.